

Resenha de livros

Esta seção destina-se à apresentação de resenhas de livros de interesse para a bioética

Ética ambiental

JUNGUES, J.R.

São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

ISBN: 85-7431-228-2

O despretenso formato de leitura de bolso não antecipa a abrangência e o aprofundamento das discussões ambientais desenvolvidas ao longo do livro *Ética Ambiental* de José Roque Jungues.

A perene contemporaneidade de sua temática é recentemente realçada não somente pelas repercussões literalmente cinematográficas do aumento da emissão de poluentes por países desenvolvidos. É especialmente na bioética que o tema ganha fôlego com sua inclusão na *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, de outubro de 2005, demonstrando de forma definitiva o caráter global e engajado desse tema na disciplina.

Por meio de uma leitura leve e acessível, mesmo aos iniciantes, ao versar sobre a questão ambiental, Junges percorre os diversos momentos históricos e teóricos que marcam a discussão. Embora sejam vários os autores e as perspectivas abordadas, não é impossível uma síntese dicotômica dos diferentes enfoques temáticos, tarefa a que o próprio autor se propõe.

Por um lado, encontram-se as teorias defensoras da preservação ambiental como reflexo da preocupação com as gerações futuras. Estas teorias possuem uma abordagem *antropocêntrica*, segundo a qual o ambiente é o provedor dos recursos para a transformação e proveito do homem. No entanto, essa visão, que outrora sustentou o discurso da colonização e mais tardiamente o do progresso positivista, trouxe consequências ambientais significativas. As teorias antropocêntricas, diante destas decorrências indesejáveis, buscam o controle do uso dos recursos naturais para a manutenção das condições necessárias à sobrevivência da vida humana no planeta.

Em contraposição, as demais perspectivas, que conotam a ética enquanto saber prático, negam a eficiência da abordagem antropocêntrica para as questões ambientais. Desta forma, sugerem que para enfrentar os desafios atuais é necessário ultrapassar a dimensão ética do discurso ambiental. O que se requer, segundo estas teorias, é uma mudança de paradigma: a preservação não seria uma questão ética e sim ecológica. O homem, nesta perspectiva, é entendido não mais como um agente interventivo e dominador, que busca organizar os fenômenos naturais para seu conforto, mas como parte de um sistema. Nestas abordagens biocêntricas, a natureza possui um valor intrínseco insubstituível, titular de direitos diretos, nas palavras do autor.

Ao longo da demonstração do panorama teórico, é identificado o problema desta visão quase maniqueísta entre o egoísmo antropocêntrico e a ecologia profunda. Se uma forma não consegue de fato a preservação do ambiente devido à manutenção da visão instrumentalizada do meio, o contrário parece receber forte resistência na prática, por apelar a uma ontologia da natureza. Diante do impasse, o autor tende à abordagem ecológica centrada em uma cultura sistêmica do ambiente, que qualifica eticamente as ações de acordo com seus efeitos ecológicos.

No entanto, fora o trocadilho, um valor natural do meio ambiente parece de difícil sustentação teórica e principalmente prática. Apesar da tentativa árdua dos estudiosos em justificar as obrigações morais para com a natureza, fora das relações humanas, as aplicações acabam por se assentar na ontologia ou na transcendência.

A visão antropocêntrica da ética parece não ter alcançado, até hoje, uma resposta definitiva na literatura. Mas sendo o fenômeno moral uma exclusividade humana, de que outra forma poderia ser a ética, se não antropocêntrica? Longe de defender um antropocentrismo mitigado, como coloca o autor, defender uma abordagem antropocêntrica refere-se mais à diferença entre a posição central do homem, no que diz respeito a qualquer ação moral, do que a uma instrumentalização desarrazoada do entorno.

Ao propor a quebra do paradigma, a ecologia profunda traz um novo imperativo: o ecológico. Um novo padrão de excelência moral, um ideal de vida que supõe fazer do meio ambiente sempre um fim em si mesmo.

Hans Jonas, ao discorrer sobre a ética da responsabilidade, também usa a "fórmula" de imperativo e conduz o comportamento humano a uma nova ordem: "Age de tal maneira que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica" (1). Se em uma leitura inicial isso pode parecer factível, logo surge a dúvida se o melhor caminho seria depositar na consciência individual a responsabilidade sobre a preservação ambiental.

Mas ao negar uma ontologia do sistema-ambiente e o apelo à consciência individual, o que resta para uma ética que se requer prática?

Mais do que recorrer a uma heurística do temor ou à responsabilidade individual, é em algo já posto pela literatura que se encontra a proposta de concretização desta mudança de conduta. Esta se constrói sobre uma imagem muito acessada pelos ecologistas, a rede. Não entendida de forma ingênua como um sistema onde se coloca o *status* moral como bem comum aos seres vivos, esta metáfora ilustra uma forma de análise da problemática. Na rede das relações e interações homem-homem e homem-entorno, e somente nela, no tecido das relações materiais e simbólicas, é que são construídos os valores. Não parecendo, portanto, possível hierarquizá-los, tampouco se pode igualá-los de acordo com o bom ou bem absoluto. É o ser humano, como referência das condutas morais, que atribui importância ou estabelece interesses na relação. Negar este fato é um apelo ao transcendente, insustentável perante o pluralismo moral atual.

Se, de fato, a preocupação individual é importante, não é nela que reside o potencial transformador. A dinâmica dos interesses, as relações estabelecidas a partir da urgência da sobrevivência e da garantia das condições necessárias para tal, é que estabelecerão a mudança, por meio de desenvolvimento tecnológico, respondendo ao apelo do mercado, além das indispensáveis ações públicas e internacionais de controle.

De qualquer forma, é importante salientar que, apesar de não ser recente, *Ética Ambiental* deve ser considerada uma publicação atual, capaz de promover reflexão significativa para todos interessados em bioética, especialmente quando se considera o contexto ampliado que a Declaração da UNESCO trouxe a esse campo.

Monique Pyrrho

Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

monique@unb.br

Referências

1. Jonas H. *Ética, medicina e técnica*. Lisboa: Veja-Passagens; 1994. p.46.